

ATENÇÃO À SAÚDE DAS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Dainin Louise Ribeiro SANTOS¹

Daiana Silveira SILVA²

Rayane Nere Pereira SILVA³

Sophia Antunes ROSA⁴

Elisângela Franciscon NAVES⁵

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo identificar na literatura a respeito da atenção à saúde das mulheres privadas de liberdade na Literatura Científica no período de 5 anos (2017-2021). Para tanto, realizou-se uma Revisão integrativa da literatura (RI), com levantamento bibliográfico nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Bases de Dados de Enfermagem (BDENF) e Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE). Foi realizada uma pesquisa na base de dados BVS com os descritores “Pessoas Privadas de Liberdade” AND “Assistência de Enfermagem” AND “Mulheres” resultando em 5 artigos no MEDLINE, 9 artigos no BDENF e 5 artigos no LILACS, dos quais foram selecionados 06 que atenderam aos critérios propostos pela revisão. Concluímos que as ações desenvolvidas pela equipe de saúde às mulheres privadas de liberdade consistem em identificar os problemas de saúde e vulnerabilidades que mais acometem as mulheres no sistema prisional.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas privadas de liberdade; Assistência de Enfermagem; Mulheres.

ABSTRACT: This work aims to identify in the literature about the health care of women deprived of their liberty in the Scientific Literature in the period of 5 years (2017-2021). To this end, an integrative literature review (IR) was carried out, with a bibliographic survey in the following databases: Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences (LILACS), Nursing Databases (BDENF) and Online System of Search and Analysis of Medical Literature (MEDLINE). A search was carried out in the VHL database with the descriptors “Persons Deprived of Liberty” AND “Nursing Care” AND “Women” resulting in 5 articles in MEDLINE, 9 articles in BDENF and 5 articles in LILACS, of which 06 were selected. that met the criteria proposed by the review. We conclude that the actions developed by the health team for women deprived of their liberty consist of identifying the health problems and vulnerabilities that most affect women in the prison system.

KEY-WORDS: Persons Deprived of Liberty; Nursing Care and Wome

¹Graduandas em Enfermagem pela Faculdade Santa Rita de Cássia (IFASC), Itumbiara-Goiás, Brasil. E-mail: dayg-thinha@hotmail.com,

²Graduandas em Enfermagem pela Faculdade Santa Rita de Cássia (IFASC), Itumbiara-Goiás, Brasil. E-mail: daianasilveira04@gmail.com

³Graduandas em Enfermagem pela Faculdade Santa Rita de Cássia (IFASC), Itumbiara-Goiás, Brasil. E-mail: rayanenere35@gmail.com

⁴Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Itumbiara-Goiás, Brasil. E-mail: s.antunes@outlook.com.br

⁵ Mestre Enfermagem pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Itumbiara-Goiás, Brasil. E-mail: elisangela.naves@ueg.br

1. INTRODUÇÃO

A população feminina privada de liberdade tem crescido de forma exponencial sendo assim deve-se haver um cuidado quanto à saúde dela, tendo uma atenção voltada para a situação as quais elas se encontram. Ao passo que, a maioria dos lugares consiste em ambientes superlotados, insalubres e que causam limitações pelo cenário de privação de liberdade (CASTILHOS; SILVA; 2017).

De acordo com Oliveira e Nunes (2018) o encarceramento feminino não era separado, os prisioneiros ficavam misturados, entretanto a prisão feminina foi vista como um internato religioso, onde as freiras priorizavam restabelecer os bons costumes e moral da mulher. Dessa forma, em 1941 foi criado o Presídio das Mulheres visando modificar o sistema, que era direcionado para os homens. Logo, passaram a planejá-lo ofertando atendimento adequado, pois a mulher encarcerada tem privação sexual, falta de assistência ginecológica adequada, além de não ter um berçário e creche para o filho durante a amamentação, exames de pré-natal e acompanhamento da gestação.

Cortina (2015) afirma que geralmente as mulheres são condenadas por tráfico de entorpecentes onde são usadas desde novas para facilitar a passagem de drogas para outras pessoas sendo chamadas de mulas. Visto que, o tráfico é considerado uma alternativa viável ao passo que é lucrativo, não precisa ter escolaridade para ingressar nesse ramo, pode conciliar cuidar dos filhos sendo que a maioria são mães e que não possuem apoio dos pais. Vale destacar, que a pobreza é considerada uma das maiores inserções da mulher na criminalidade, pois é um dinheiro que ganha fácil e consegue suprir as necessidades pela falta de dinheiro.

Lage (2020), por sua vez, retrata que a mulher entra no mundo criminoso na maioria das vezes por influência dos seus parceiros que estão envolvidas de forma afetiva e acabam acobertando-os, além de serem pegadas por tentarem levar drogas para dentro da prisão, onde conseqüentemente são presas gerando um sentimento de reclusão, pois a maioria é esquecida por sua família. Dessa forma, Pereira (2016) aborda o sentimento de mães que estão cansadas de ter suas filhas privadas de liberdade e não conseguir mudar aquela situação, porém não abandonaram suas filhas, provocando um grande sofrimento na família.

É importante ressaltar que as mulheres encarceradas, em geral, são de um sistema opressor e até mesmo de violências físicas, psicológicas e sexuais, fatores que contribuem para que a inserção criminoso seja bastante comum, devido aos traumas abusivos de seus

parceiros induzindo-as a tomada de atitudes inquestionáveis. Dessa forma, ao ser privada de liberdade a mulher passa a sofrer com a violência social presente no seu cotidiano, ao passo que existem inúmeras precariedades como, por exemplo, falta de saúde adequada, celas poucos arejadas, superlotação entre outros (LEAL; MONTEIRO, 2019).

O perfil das mulheres que mais se encontra na prisão é com idade até 29 anos, estão em idade reprodutiva, negras e sem ensino médio completo. Dessa forma, percebe-se a vulnerabilidade delas o que favorece o seu adoecimento pela falta de higiene, de serviço médico como ginecologista e obstetra. Além de tais, aspectos possuem uma privação no seu estado de saúde, o que acarreta no desenvolvimento de doenças, como: câncer de colo de útero e mama, pois são neoplasias que acometem mulheres acima de 29 anos de idade e exige prevenção para evitar futuras complicações (SANTOS et al., 2017; DELZIOVO et al., 2015; SIQUEIRA; ANDRECILO, 2019).

Dessa forma, Carvalho et al. (2020) preconizam que a falta de conhecimento sobre as IST's é devido a população ser oriunda de camadas menos favorecidas da sociedade, induzindo que elas compartilhem seringas, sexo sem proteção. Frente a tal cenário, percebe-se a necessidade de terem contato com ações de prevenção de saúde, o que pode induzir a uma mudança de vida.

De acordo com Nascimento e Bandeira (2018) para trazer dignidade à saúde dos encarcerados foi criado em 2014 a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) visando garantir o direito dessa população à saúde, pois tem que ter a mesma qualidade das pessoas que estão em liberdade e ao saírem da prisão não deve estar pior do que entraram que está relacionado com os princípios da PPL (Pessoas Privadas de Liberdade).

Instituída por meio da Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014 e em 2015 a edição pela ONU da edição das “Regras de Mandela” que reafirmará as crenças dos direitos humanos que são fundamentais, a dignidade, também o valor que a pessoa tem e que não deverá ter distinção de qualquer tipo. Desse modo, eles possuem como principal ação a garantia de acesso às redes de atenção à saúde, promoção da saúde e prevenção de doenças transmissíveis e não transmissíveis dos agravos decorrentes do confinamento, além de prevenir o uso de álcool e de drogas. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014; CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016).

Dessa forma, destaca-se a PAISM (Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher), que enfatiza em suas Diretrizes que esta deverá atingir as mulheres em todos os ciclos de vida, resguardando as especificidades das diferentes faixas etárias bem como os

distintos grupos populacionais: mulheres negras, residentes em áreas urbanas e rurais, residentes em locais de difícil acesso, indígenas, em situação de risco, presidiárias, com deficiência, de orientação homossexual, dentre outras (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Para Souza et al. (2018) afirmam que a saúde da mulher em sistema prisional também é relacionada à gestante, de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP) nº_7210 criada em 1984 e nº_11.942 criada em 2009 (DIÁRIO DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2021) que ela precisa de um acompanhamento médico no pré-natal, pós-parto, ao passo que tanto a mãe quanto o bebê precisam de um acompanhamento adequado, bem como condições favoráveis dentro do presídio. Exige-se então uma equipe de saúde preparada para instruir a mulher, conhecendo os sinais de trabalho de parto para poder encaminhar a puerperal ao local adequado, evitando assim intercorrências (DELZIOVO et al., 2015).

É importante destacar que o sistema prisional não oferece uma (re) inserção social, ao passo que os projetos que são realizados como, por exemplo, artesanato, bordado e culinária não dão o amparo necessário para que ocorra a ressocialização. Logo, infere-se a falta de mecanismos apropriados que promova tal reinserção do egresso, já que se verifica uma grande desvantagem educacional que dificulta o processo, além da discriminação sofrida por tal população, assim, as oportunidades que lhe são oferecidas pela sociedade são escassas, por isso a excluída tem que querer uma mudança de vida para poder se recuperar (OLIVEIRA; NUNES, 2018).

Sendo assim, a presente investigação tem como objetivo principal identificar como se dá a atenção à saúde da mulher privada de liberdade, através de artigos publicados na literatura científica nos últimos 5 anos.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão Integrativa da Literatura com coleta de dados em fontes disponíveis online. A revisão integrativa da literatura tem como característica a reunião de estudos desenvolvidos através de diversas metodologias, possibilitando aos revisores sintetizar resultados sem alterar os conhecimentos incluídos (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Para tanto, foram adotadas seis etapas indicadas para a constituição da revisão integrativa da literatura: formulação do problema; coleta de dados; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de estudos; avaliação dos dados; análise e interpretação dos dados; divulgação dos dados (SOARES et al., 2014).

Etapa 1: Seleção do tema ou questionamento da Revisão Integrativa da literatura

Formulou-se a seguinte indagação norteadora: O que existe publicado na literatura científica, no período de 2017 a 2021, relacionado à relevância da atenção à saúde das mulheres privadas de liberdade?

Etapa 2: amostragem ou busca na literatura

Realizou-se a busca dos artigos na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILASC), Bases de Dados de Enfermagem (BDENF) e Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE).

Os descritores foram alternados em Pessoas Privadas de Liberdade AND Assistência de Enfermagem AND Mulheres. Os critérios para a escolha dos descritores consistiram em: estar anexado aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e representar ao menos em parte a temática do estudo. Os descritores serão combinados em cada base de dados utilizando-se o operador booleano AND, combinando os descritores aos pares, até que sejam recuperados artigos em quantidade e especificidade.

Etapa 3: Representação dos estudos

Como critérios de inclusão dos artigos estabeleceram-se: artigos completos indexados nas bases de dados mencionadas e que discorra sobre atenção à saúde das mulheres privadas de liberdade, também foi incluída literatura cinzenta (teses, monografias). Excluíram-se os anais de eventos.

Etapa 4: avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa da literatura

A busca foi realizada pelos resumos dos artigos completos publicados que respondam aos descritores adotados e, escolhidos aqueles que especificam fatores relacionados à atenção à saúde das mulheres privadas de liberdade.

Etapa 5: interpretação dos resultados

A partir da leitura dos títulos e dos resumos selecionados na fase anterior, se extraiu aqueles estudos que apresentaram sobre a relevância à atenção à saúde das mulheres privadas

de liberdade. Em relação ao tratamento dos dados, foi aplicado o método de Análise de Conteúdo, que permitiu o agrupamento do conteúdo estudado em categorias temáticas.

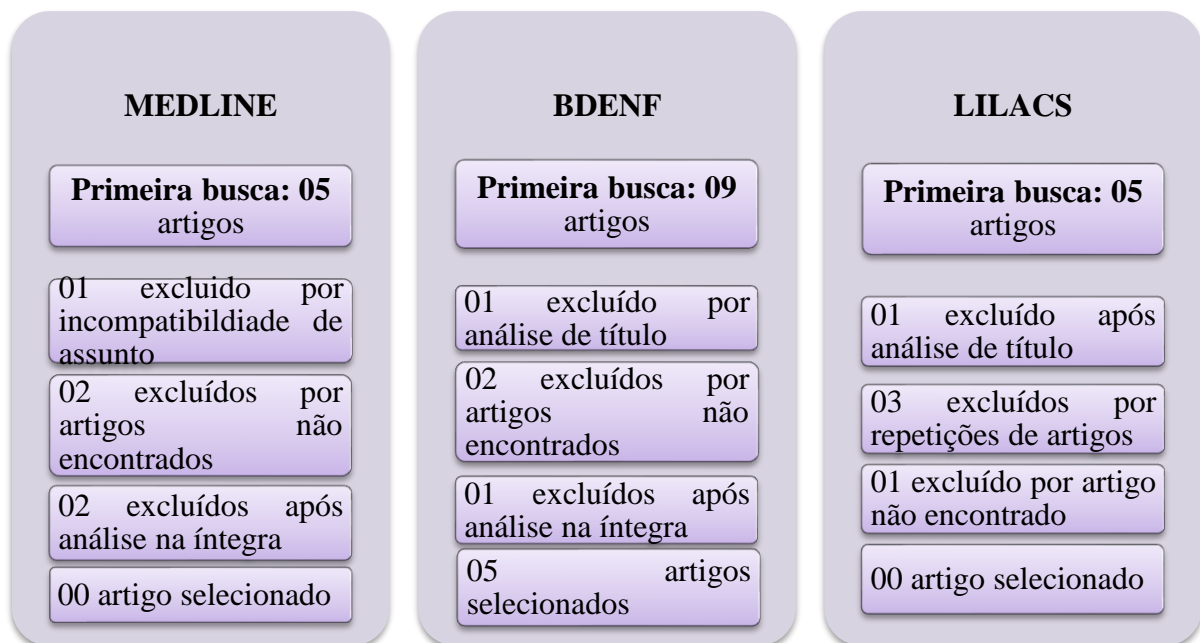
Etapa 6 - reportar, de forma clara, a evidência encontrada.

E por último, após leitura do material selecionado, foram estabelecidos os pontos de convergência e divergência entre os artigos e a relação entre os achados e a questão de pesquisa. Sendo assim, há inclusão do quadro 1 onde caracteriza os artigos selecionados quanto ao título, autor, revista, ano de publicação e objetivos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi realizada uma pesquisa na base de dados BVS com os descritores “Pessoas Privadas de Liberdade” AND “Assistência de Enfermagem” AND “Mulheres” resultando em 5 artigos no MEDLINE, 9 artigos no BDNF e 5 artigos no LILACS, dos quais foram selecionados 06 que atenderam aos critérios propostos pela revisão. O fluxograma a seguir apresenta a trajetória percorrida para a seleção dos artigos.

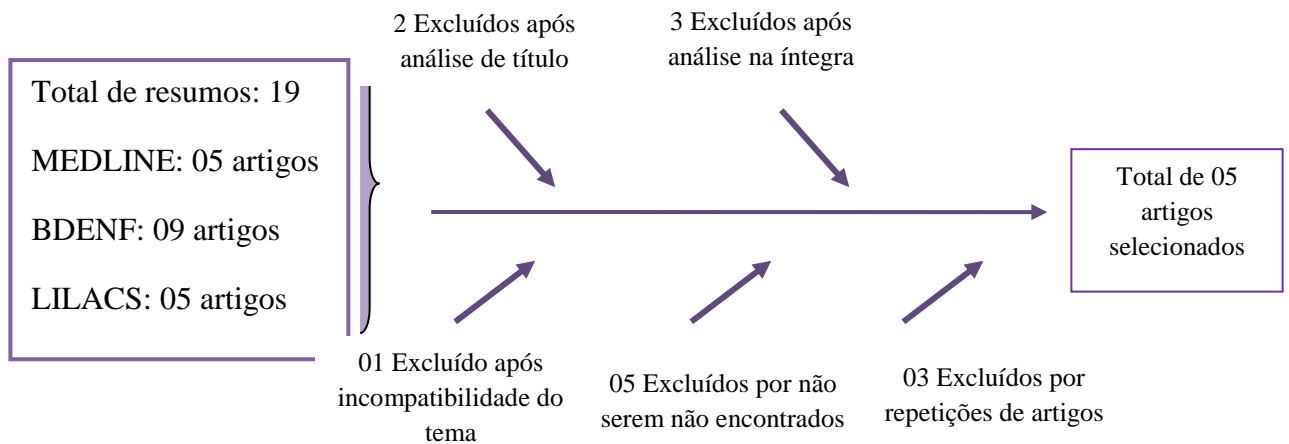
Fluxograma 1: Seleção e aplicação dos critérios de exclusão nos artigos obtidos.



Fonte: Própria, 2021.

A amostra desta Revisão Integrativa foi composta por seis artigos. Conforme mostram os critérios de exclusão do Diagrama de Ishikawa 1 e a caracterização dos artigos no Quadro 1, percebe-se que os artigos foram publicados nos últimos cinco anos.

Diagrama de Ishikawa 1: Critérios de exclusão dos artigos.



Fonte: Própria, 2021.

Sendo assim, entre os artigos que foram avaliados nessa revisão observa-se que a atenção a saúde das mulheres privadas de liberdade tem sido uma grande preocupação, pois existem vários fatores que podem influenciar na sua saúde como, por exemplo, qualidade de vida, vulnerabilidades sexuais, além da falta de cuidado das gestantes durante sua gestação.

Diante do exposto, é necessário compreender que a qualidade de vida é uma complexidade de domínios de processo saúde-doença, social entre outros, pois a realidade carcerária muitas vezes não tem qualidade de vida e elas precisam ser priorizadas ao passo que existem vários fatores de risco que as tornam suscetíveis. Verifica-se também a necessidade de comunicação entre os profissionais de saúde e as mulheres presidiárias, pois o especialista poderá auxiliar na educação da saúde ofertando um forte apoio, que poderá mudar sua condição de vida (MARTINS et al., 2020).

Frente ao contexto da precariedade que existem entre as mulheres privadas de liberdade o autor traz no artigo que essa problematização é bastante antiga e existem paradigmas para ser quebrado o que torna a assistência à saúde de forma fragmentada afetando assim o atendimento digno. E corroborando com o raciocínio anterior ao não

atender a necessidade humana, pode gerar desequilíbrios e que não corrigidos interfere no processo saúde-doença (ARAÚJO et al., 2020).

Quadro 1: Caracterização dos artigos selecionados quanto ao título, autor, revista, ano de publicação e base de dados.

Título	Autor	Revista	Ano	Principais Achados
Qualidade de vida e doenças autorreferidas em mulheres de apenados	Martins et al.	Revista Enfermagem	2020	O autor traz como objetivo analisar a qualidade de vida e identificar doenças autorreferidas.
Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas	Araújo et al.	Revista Enfermagem	2020	O autor trouxe como objetivo analisar como as mulheres percebem a assistência dada de acordo com a Teoria das Necessidades Humanas Básicas
Vulnerabilidade para IST/ AIDS em mulheres encarceradas	Lobô	-	2019	O autor traz como objetivo estudar a vulnerabilidade das IST's em mulheres encarceradas.
O Enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário	Félix et al.	Revista Enfermagem	2017	O autor traz como objetivo descrever a atuação do enfermeiro na atenção do pré-natal e as dificuldades encontradas.
A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro	Santos et al.	Revista Enfermagem	2017	O autor traz como objetivo identificar fatores que interferem na saúde física de mulheres encarceradas.

Fonte: Própria, 2021.

Outro ponto que merece destaque são as vulnerabilidades sexuais nas quais as mulheres estão expostas, uma vez que o serviço de atendimento ginecológico e uso de preservativos é bastante difícil o que ocasiona em IST's. Ao passo que, o ambiente prisional faz com que haja vários fatores como, por exemplo, multiparceria e sexo desprotegido fazendo com que haja um aumento significativo dessas IST's (LÔBO, 2019).

No que concerne em relação à saúde sexual e reprodutiva há uma grande diferenciação ao passo que a mulher não tem autonomia sobre seu corpo para ter a liberdade de reproduzir e ter sua vida sexual livre, visto que não existe tomada de decisões de como quer usar seu corpo. Por isso, existe uma grande possibilidade de contaminação das encarceradas por HIV por causa dos relacionamentos sexuais com homens encarcerados e por algumas terem vontade de engravidar não leva em consideração quais são os riscos e

não tem uma preocupação quanto a prevenção que deve ser utilizada para sua saúde, além do uso compartilhada de drogas injetáveis relacionado com danos psicológicos causados por violência sexual ou abuso físico quando crianças por isso procuram meio alternativos para poder superar os traumas vividos (RIBEIRO; DEUS, 2017).

Em tal cenário Santos et al. (2017) evidencia em seu estudo que o isolamento apresenta um ambiente hostil, insalubre, e com o aumento da população faz com que haja um alto risco de doenças transmissíveis como tuberculose, hanseníase, sífilis e HIV, além de doenças não transmissíveis como doenças do trato respiratório causados por tabaco, e ainda problemas como diabetes e hipertensão. Desse modo, destaca-se também que há uma grande prevalência de violência inserida no cotidiano das mulheres privadas de liberdade sendo elas físicas, psicológica e verbal contribuindo assim que seja irreversível a saúde física delas.

Barbosa et al. (2020) relata que a hanseníase é uma doença de caráter crônico, infeccioso e contagioso causada por uma bactéria ao passo que ao ter um convívio por ter uma privação de liberdade acaba ocasionando em propagação da doença visto que transmite com o contato próximo com outras pessoas e que pode causar lesões na pele. Dessa forma, Junior (2018) fala que a hanseníase não só causa à transmissão dentro do presídio, mas também causa o adoecimento das detentas, pois elas não estão isoladas totalmente por causa das visitas de parentes e até mesmo de visitas íntimas.

Segundo Allgayer et al. (2019) ele afirma que a tuberculose é uma das doenças bastante persistente em sistema prisional ao passo que o diagnóstico é feito de forma tardia, além de ter alta prevalência de bactérias que são resistentes a antimicrobianos, superlotação dos sistemas carcerários o que propicia para um alto contágio de tuberculose. Dessa forma, Carbone et al. (2017) afirma que há uma grande prevalência de tuberculose latente que entre 10.000 há 951 e 1839 casos e isso faz com que haja uma epidemia de tuberculose pela grande força de infecção nas prisões.

Nesse sentido, Félix et al. (2017), traz que a puerperal necessita de atendimento independente de qual lugar ela esteja, pois o bebê precisa de acompanhamento para ver seu crescimento, pois o pré-natal tem como finalidade diminuir a mortalidade materno-infantil. Logo, o estudo destaca que a acessibilidade ela é feita de forma tardia e muitas das vezes a mulher não tem conhecimento sobre quais serviços de saúde estão disponibilizados para o bebê e para a mãe podendo contribuir para abortos e complicações durante a gestação.

Dessa forma, Texeira et al. (2017) explana que o encarceramento infringe os direitos humanos ao passo que há uma grande violação do direito humano o que é totalmente

contrário o que foi institucionalizado pela Constituição Federal de 1988. Onde ele será assegurado o respeito à integridade física e moral, as presidiárias que são mães têm o direito de permanecer com o bebê durante a amamentação, além de vários outros direitos nas quais elas possuem para assegurar uma estadia que esteja ocorrendo dentro das normalidades a elas propostas perante a Constituição.

4. CONCLUSÃO

Diante dessas considerações os artigos acima tiveram a função de ver as ações desenvolvidas pela equipe de saúde às mulheres privadas de liberdade; identificar os problemas de saúde que mais acometem as mulheres no sistema prisional, além de identificar as vulnerabilidades a que estão suscetíveis às mulheres privadas de liberdade no ambiente prisional. E com isso, seja possível sistematizar a assistência da enfermagem visando promover benefícios às mulheres privadas de liberdade.

Ademais, espera-se auxiliar com a elaboração de linhas de pesquisas cada vez mais humanizadas, objetivando cuidados a referida população privada de liberdade ao passo que é importante esse estudo, pois é considerada extremamente vulnerável essa população, pela condição social marginalizada e estigmatizada que devido às características inerentes à situação de encarceramento, ficam à margem dos serviços públicos de saúde.

REFERÊNCIAS

ALLGAYER, Manuela Filter; ELY, Karine Zenatti; FREITAS, Graziela Hamann de; VALIM, Andréia Rosane de Moura; GONZALES, Roxana Isabel Cardozo; KRUG, Suzane Beatriz Frantz; POSSUELO, Lia Gonçalves. Tuberculosis: health care and surveillance in prisons. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 72, n. 5, p. 1304-1310, out. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0260>.

ARAÚJO, Moziane Mendonça de et al. Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na teoria das necessidades humanas básicas. **Escola Anna Nery**, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 1-7, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0303>.

Atenção à saúde da mulher privada de liberdade [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina; Organizadores: Carmem Regina Delziovo. [et al] — Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

BARBOSA, Kalliny Mirella Gonçalves; NASCIMENTO, Juliana Rodrigues do; JUSTINO, Thaysa Maria Vieira; VIEIRA, Michelle Christini Araújo. ABORDANDO A

HANSENÍASE: Relato de experiência no cenário de uma cadeia pública feminina. **Revista de Extensão da Univasf**, Petrolina, v. 8, p. 004-015, 18 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Socióloga da Fundacentro palestra no II Encontro de Mulheres da Findect**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/assuntos/noticias/noticias/2017/6/sociologa-da-fundacentro-palestra-no-ii-encontro-de-mulheres-da-findect>. Acesso em 21 out. 2021.

CARBONE, Andrea da Silva Santos et al. **Estudo multicêntrico da prevalência de tuberculose e HIV na população carcerária do Estado do Mato Grosso do Sul**. *Com. Ciências Saúde*. 2017; 28(1):53-57.

CARVALHO, Isaiane da Silva et al. Tecnologias educacionais sobre infecções sexualmente transmissíveis para mulheres encarceradas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 28, p. 1-9, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.4365.3392>.

CASTILHOS, Adriane de; Silva, Eveline Franco da. Atenção à saúde das mulheres em uma unidade prisional: perspectiva de mulheres privadas de liberdade. **Biblioteca Lascasas**, 2017; V13. Disponível em: <http://www.index-f.com/lascasas/documentos/e11239.pdf>. Acesso em 22 out. 2021.

Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos/ Conselho Nacional de Justiça**; Coordenação: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi - Brasília: CNJ, 2016.

Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos/ Conselho Nacional de Justiça**; Coordenação: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi - Brasília: CNJ, 2016.

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 761-778, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026x2015v23n3p761>.

FÉLIX, Rayane Saraiva et al. O Enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, 11(10):3936-47, out., 2017 3936.

LAGE, Victória Christina Campos. O Direito Fundamental à Saúde da Mulher Privativa de Liberdade em tempos de COVID-19, 2021. **Revista Acadêmica de Direito da Unigranrio**. ISSN 1984 7920. 10(1):1-9, 2020.

LEAL, Tatiana Cavalcanti de Albuquerque; MONTEIRO, Anielle Oliveira. MULHERES ENCARCERADAS: dificuldades vivenciadas antes, durante e após a prisão. **Gênero & Direito**, [S.L.], v. 8, n. 3, p. 1-22, 30 ago. 2019. Portal de Periodicos UFPB. <http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.2179-7137.2019v8n3.46725>.

LÔBO, Márcio Pereira. **Vulnerabilidade para IST/AIDS em mulheres encarceradas**, 2019. 175 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MARTINS, Débora Cristina *et al.* Qualidade de vida e doenças autorreferidas em mulheres de apenados. **Revista de Enfermagem Ufpe On Line**, [S.L.], v. 14, n. 10, p. 3936-3947, 5 fev. 2020. Revista de Enfermagem, UFPE Online. <http://dx.doi.org/10.5205/1981-8963.2020.243497>.

NASCIMENTO, Lucas Gonzaga do; BANDEIRA, Maria Márcia Badaró. Saúde Penitenciária, Promoção de Saúde e Redução de Danos do Encarceramento: desafios para a prática do psicólogo no sistema prisional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 38, n. 2, p. 102-116, 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000212064>.

OLIVEIRA, Márcia Vânia Pereira de; NUNES, Érica Pollyana Oliveira. Os Desafios de (Re) Inserção Socioprofissional da Mulher Egressa do Sistema Penitenciário em Palmas-TO. **Revista Humanidades e Inovação** v.5, n. 11 - 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/828> Acesso em 22 out. 2021.

PEREIRA, Éverton Luís. Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 21, n. 7, p. 2123-2134, jul. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.16792015>.

RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira; DEUS, Niedja Mara Silva Fontes de. MULHERES ENCARCERADAS: a saúde atrás das grades. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, [S.L.], v. 6, n. 4, p. 324, 30 nov. 2017. Escola Bahiana de Medicina e Saude Publica. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpd.v6i4.1708>.

SANTOS, Andreia Beatriz Silva dos. **Mulheres Encarceradas: Considerações sobre gênero, feminismos e raça em um cenário específico de atenção à saúde.** Vol.8, N.1, p.109-123. Jan. – Abr. 2020.

SANTOS, Márcia Vieira dos *et al.* A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 1-7, 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20170033>.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; ANDRECIOLI, Sabrina Medina. A Vulnerabilidade Das Mulheres Encarceradas E A Justiça Social: o importante papel da educação na efetividade no processo de ressocialização. **Revista Direito em Debate**, [S.L.], v. 28, n. 51, p. 61-77, 7 ago. 2019. Editora Unijui. <http://dx.doi.org/10.21527/2176-6622.2019.51.61-77>.

SOUZA, Geovanna Camelo; CABRAL, Karina Dyanna Salvador; SALGUEIRO, Cláudia Daniele Barros Leite. REFLEXÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM À MULHER ENCARCERADA: um estudo de revisão integrativa. **Arquivos de Ciências da Saúde da Unipar**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 55-62, 28 mar. 2018. Universidade Paranaense. <http://dx.doi.org/10.25110/arqsaude.v22i1.2018.6240>.

TEIXEIRA, Marlene Menezes de Souza; LEMOS, Sebastiana Micaela Amorim; BENTO, Elizangela Beneval; SOUZA, Diogo Onofre Gomes de; SCHETINGER, Maria Rosa Chitolina. Saúde da mulher encarcerada: uma proposta de intervenção, amor e vida. **Revista**

Ibero-Americana de Estudos em Educação, [S.L.], v. 12, n. 3, p. 1659-1673, 5 set. 2017.
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação.
<http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n.3.2017.8434>.